

Produção de alimentos e segurança alimentar no Brasil durante a pandemia

Food production and food security in Brazil during the pandemic

Silvia Aparecida de Sousa Fernandes¹

Renata Silva²

Vinicius Tadeu do Carmo³

RESUMO

O presente artigo aborda o impacto da pandemia na alimentação de qualidade dos trabalhadores do campo e da cidade e os caminhos construídos pelos movimentos socioterritoriais para assegurar a segurança alimentar de comunidades de baixa renda no Brasil. Explica sobre o agronegócio como modelo hegemônico de produção, circulação, consumo de alimentos e algumas de suas consequências para a produção camponesa e consumo aos trabalhadores da cidade. Inclui dados da pandemia no Brasil e analisa experiências distintas que envolvem a produção e consumo de alimentos agroecológicos como resposta dos movimentos socioterritoriais à crise alimentar intensificada durante a pandemia. As ações de solidariedade com a doação de alimentos em comunidades de baixa renda, a venda direta por meio da entrega de cestas em Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) ou em Grupos de Consumo Responsável (GCR) são as ações aqui analisadas, realizadas em dois assentamentos da reforma agrária no interior do estado e uma rede de grupo de consumo na região metropolitana de São Paulo.

Palavras-chave: Segurança Alimentar. Soberania Alimentar. Movimentos socioterritoriais. Agroecologia.

¹ Geógrafa. Docente na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe - Territorial (IPPRI/UNESP) – E-mail: sas.fernandes@unesp.br

² Aluna do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (UNESP/IPPRI), assistente administrativa na Universidade Federal do ABC, Campus Diadema. E-mail: renata.literata@gmail.com.

³ Aluno do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (UNESP/IPPRI), assistente administrativo na Universidade Federal do ABC, Campus Diadema. Cientista Social pela Universidade Santo André. e-mail: vinicius.carmo@ufabc.br

ABSTRACT

This article addresses the impact of the pandemic on quality food for rural and city workers and the ways built by socio-territorial movements to ensure food security for low-income communities in Brazil. It explains about agribusiness as a hegemonic model of production, circulation, food consumption and some of its consequences for peasant production and consumption for city workers. It includes data from the pandemic in Brazil and analyzes different experiences involving the production and consumption of agroecological food in response to socio-territorial movements to the intensified food crisis during the pandemic. The actions of solidarity with the donation of food in low-income communities, the direct sale through the delivery of baskets in Communities that Support Agriculture (CSA) or in Responsible Consumption Groups (GCR) are the actions analyzed here, carried out in two agrarian reform settlements in the interior of the state and a consumption group in the metropolitan region of São Paulo.

Keywords: Food Security. Food Sovereignty. Socioterritorial movements. Agroecology.

Introdução

O agronegócio representa um complexo sistema envolvendo a agricultura, a indústria, o mercado e o sistema financeiro, controlado por grandes corporações internacionais. O agronegócio representa a consolidação de um modelo de desenvolvimento agrário hegemônico que tem produzido desertos alimentares e contribuído para a dependência alimentar. (Fernandes, 2019).

Por outro lado, as distintas formas de organização dos territórios camponeses e comunidades tradicionais se contrapõem ao modelo do agronegócio, pois enquanto o agronegócio se organiza para a produção de mercadorias, o campesinato organiza seu território, primeiramente, para a sua existência. Em 1996 a Via Campesina é criada como uma articulação mundial de movimentos camponeses e agregou movimentos socioterritoriais de diferentes origens, com bandeiras de luta comuns: camponeses, pequenos agricultores, indígenas, quilombolas e ribeirinhos, de 73 países, representando mais de 160 organizações. Define-se como um movimento autônomo, pluralista e multicultural. (Fernandes, 2019)

A Via Campesina defende a luta pela reforma agrária, sustentada por uma mudança do modelo de produção econômico, social e político; a soberania alimentar, pautada na produção agroecológica e agricultura camponesa sustentável, respeitando a biodiversidade. Assim, os movimentos socioterritoriais afirmam a soberania alimentar como política de desenvolvimento econômico e social, que fortalece a autonomia dos povos em decidir seu padrão alimentar e modelos de produção, recusando o padrão imposto pelas corporações transnacionais.

Com a pandemia provocada pelo vírus Sars-CoV-2 que provoca a doença COVID-19, os movimentos socioterritoriais reafirmam as estratégias de produção e distribuição de alimentos que viabilizem a segurança e soberania alimentar em diferentes territórios. O objetivo deste texto é analisar experiências de produção agroecológica e venda direta de alimentos como estratégias que valorizam e contribuem para o empoderamento desses sujeitos sociais com base na produção agroecológica e fortalecimento da soberania alimentar, com base em três diferentes experiências no Brasil.

A pesquisa em que baseia este texto envolve a identificação, registro e análise de experiências de produtores rurais em assentamentos da Reforma Agrária no interior do Estado de São Paulo, Brasil. Os assentamentos participantes da pesquisa realizada entre 2018 e 2020 e experiências aqui relatadas são: Assentamento Dandara, em Promissão-SP e Assentamento Luiz Beltrame, em Gália-SP. Ambos comercializam cestas de produtos agroecológicos na modalidade de venda direta, denominadas de Comunidade Sustentando a Agricultura (CSA) Marília e CSA Lins.

Neste artigo procuramos identificar como os CSA têm contribuído para assegurar a segurança alimentar durante a pandemia em 2020.

A terceira experiência aqui analisa a relação de produção e consumo do Grupo de Consumo Responsável da região metropolitana de São Paulo, o GCR CCRU - Associação Oeste de Diadema, município de Diadema-SP e os coletivos Raiz Verde do assentamento Ipanema e RAMA (Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras) Barra do Turvo - SP . Os Grupos de Consumo Responsável (GCR) são iniciativas de consumidores e produtores para viabilizar a compra direta de camponeses que produzem alimentos de maneira sustentável, seguindo princípios da agroecologia, da produção de orgânicos ou estão em fase de transição para esses modelos de produção. Um dos princípios da organização de grupos de consumo é a remuneração justa aos agricultores e viabilizar a compra a preços acessíveis aos consumidores.

1. Segurança alimentar e os movimentos socioterritoriais durante a pandemia

Para compreender a segurança alimentar da população brasileira é necessário uma compreensão da forma hegemônica de produção, distribuição e consumo dos alimentos no território, atualmente o “agronegócio”. O Agronegócio no Brasil foi gestado a partir da Ditadura Militar e fortalecido, com suas especificidades, por todos os governos desde então. Na concepção de Delgado (2010, p. 93 *apud* Barros, 2018, p. 183), o agronegócio é uma aliança do grande capital agroindustrial, com a grande propriedade fundiária, capital financeiro mediado pelo Estado, perseguindo o lucro e a renda da terra.

O agronegócio está concentrando capital e terra no Brasil em alta velocidade por meio da burguesia agrária, capital financeiro, nas transnacionais e no aparato estatal, porém juntos com elas concentram também os recursos hídricos, as florestas e os minérios gerando fortes contradições entre os interesses capitalistas e os trabalhadores rurais e povos que vivem no campo e florestas. Uma burguesia agrária, altamente capitalizada, com tecnologia de ponta na produção agrícola, com articulações internacionais e uma rede de relações políticas, econômicas, sociais, institucionais, intimamente ligada à reprodução e acumulação do capital financeiro (Barros, Ilana Felipe, 2018, p. 182) . Acrescenta-se ainda o controle das sementes e mudas, colocando em risco a soberania alimentar, a biodiversidade, o meio ambiente e a agricultura camponesa e familiar. As consequências são devastadoras para a vida da classe oprimida, pois mantém o êxodo rural para médias e grandes cidades, especialmente nas periferias, loteamentos e bairros populares.

Esse modelo se consolidou no Brasil partir da década de 1980 como regime alimentar cada vez mais transnacional e corporativo

Agronegócio, de fato, é apenas o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico do capitalismo no campo, implantada desde a década de 1950. Observando atentamente, compreende-se que esse modelo não é novo: sua origem está no sistema de *plantation*, ou agroexportador, em que grandes propriedades eram utilizadas na produção para exportação. Ao longo das diferentes fases de desenvolvimento do capitalismo, esse modelo passou por modificações e adaptações, intensificando a exploração da natureza e do campesinato (Fernandes 2006, p. 46).

Com as eleições de 2018 que venceu um governo de tendências fascistas e ultra liberal, acentua essa proposta de modelo capitalista na agricultura, consolidando ainda mais como modelo hegemônico e combatendo qualquer obstáculo que possa desacelerar seu desenvolvimento, observamos isso no combate às políticas públicas PAA, PNAE, PRONERA, subordinação do Inca ao ministério da agricultura, esvaziamentos dos estoques de grãos *etc...* No congresso tem uma bancada mais organizada, bancada no qual consegue atuar acima do “poder democrático” conseguindo decidir quem governa o Brasil, tem sido assim com a derrubada do Governo Dilma, na manutenção do Governo Temer e Bolsonaro.

Essa pequena contextualização da consolidação do agronegócio no Brasil tem objetivo de analisar que a crise social evidenciada na pandemia que afeta exclusivamente as classes oprimidas do campo e da cidade, que é a insegurança alimentar, ausência de moradia, serviços de saúde adequado e outros serviços básicos não foi resultado da pandemia, porém o covid 19 evidenciou um projeto de sociedade planejado pelo grande capital, um processo construído pela classe dominante.

O desmatamento desenfreado das florestas combinada com produção altamente concentrada e extensa são principais causas de surtos de doenças infecciosas em humanos e pelo surgimento de vetores com novas doenças. O agronegócio não só é uma das principais causas como também um considerável transmissor de coronavírus, só os frigoríficos e supermercados registraram alto índices de contágios do vírus. Do outro lado, os canais de vendas da agricultura camponesa foram fechados sem nenhuma conversa, pequenos comércios, feiras livres e nos condomínios, essa questão fez com que estrangulasse ainda mais a renda da produção camponesa.

Para o mês de julho/2020, metade dos agricultores familiares do país (51%) relatou diminuição de receita, com uma perda média de 35% da renda bruta familiar mensal habitualmente auferida. Em nível estadual, as quedas mais expressivas ocorreram no Amapá, em São Paulo, no Distrito Federal, no Rio Grande do Sul e em Roraima, estados nos quais houve uma diminuição de mais de 40% na renda bruta das famílias no referido período. Essa diminuição significativa evidencia as vulnerabilidades a que está submetida a agricultura familiar do país e expõe a dimensão do impacto imediato causado pela Covid-19 (Del Grossi, 2020, *apud* Schneider, *et.al.*, 2020, p. 176).

Essas informações acarretam em problemas a pequeno e longo prazos, caso não haja alguma política pública eficaz direcionada a produção camponesa, como por exemplo endividamento dos produtores, falta de recurso e insumos e tecnologia para aplicar na produção tendo em vista que as mudanças climáticas estão alterando muito os ciclos de produção precisando de tecnologias para adaptação da produção camponesa a nova realidade.

A grilagem e espoliação dos camponeses, apoiada pelo governo e bancada ruralista continua a todo vapor, se aproveitando da condição de fragilidade de mobilização, acesso a atendimento médico das comunidades indígenas, quilombola, ocupações antigas de terra, fomenta a expropriação e o aumento das desigualdades espaciais no campo. Essas ações estão por todos os lados, seja pelos desmatamento, regularização de terras da união para o agronegócio (PL 2.633/20), despejos ilegais *etc.* Assim, os projetos do agronegócio se expandem no campo brasileiro.

A segurança alimentar ancorada no agronegócio vem atuando no sentido de transformar o alimento em mercadoria, expropriando os camponeses que produzem alimentos de verdade. Os que permanecem, resistem ou são explorados pelo agronegócio, à grilagem e agora ao vírus. Ainda assim, a expropriação do campo acarreta na desigual produção dos espaços urbanos, sobretudo nas periferias, lócus de reprodução dos sujeitos expropriados do campo, migrantes, pobres e vendedores de sua força de trabalho acarretando no aumento da fome e desigualdade social.

Esse modelo também atua na ideologia, nas propagandas do agronegócio. Acreditamos que o fato da nova geração não ter nenhum contato com a produção de alimentos, não reconhece a importância do lugar onde os alimentos são produzidos, nem quem os produz (empresa/agricultor familiar), levando uma parte crescente da população a consumir alimentos cuja “produção, história e origens” ela desconhece. Esse desconhecimento é uma completa desconexão do processo produtivo partindo da crítica da alienação na produção até o consumo, com repercussões diretas nas práticas alimentares da classe trabalhadora (RIBEIRO JUNIOR, 2015). A teoria da alienação é desenvolvida por Marx pela primeira vez aos 26 anos, neste primeiro momento o fenômeno é descrito como o produto do trabalho “surge frente ao trabalho como um ente estranho, como uma potência independente do produtor”, tornando-se uma potência autônoma ao trabalhador.

Em sua fase madura, Marx aprofunda os estudos na crítica da economia política e avança o conceito de alienação para esfera econômica da produção material. No modo de produção capitalista o trabalho humano tornou-se um instrumento do processo de valorização do capital (mais valia) por meio da força produtiva (MARX, [1844]1975, p. 298).

O grau de alienação perante o processo produtivo de alimentos parece estar relacionado diretamente com os hábitos alimentares, esse fenômeno foi observado nas distribuições e feiras

agroecológicas realizadas pelo Coletivo de Consumo Rural Urbano em Diadema. As pessoas mais idosas que vieram para cidade pelo êxodo rural e tiveram contato com a produção de alimentos conseguem identificar críticas e preocupações quanto à origem da comida. Os jovens que não tiveram esse contato, ou não estudaram o tema, parecem ser indiferentes à origem dos alimentos. Essa alienação, impulsionada pela forte publicidade, está combinada com aumento exponencial de alimentos processados e ultraprocessados na população brasileira e especialmente nas periferias das metrópoles.

A população brasileira está cada vez mais obesa, seguindo o caminho de outros países em que a obesidade é uma outra epidemia, aumentando em ritmo acentuado a incidência de doenças crônicas.

Muito preocupante o aumento de alimentos processados nos últimos 16 anos. Nesse período, segundo documento “Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições” organizado por Walker Belik, o consumo de alimentos *in natura* teve queda de 7%, os alimentos ultraprocessados subiram 46%.

Fatores como falta de tempo, preço atrativo e exposição à propaganda influenciam nessa mudança de hábito alimentar. Os ultraprocessados têm substituído muitas refeições no dia a dia e podem ter efeitos perversos na saúde, aumentando os índices de doenças crônicas não transmissíveis como obesidade e diabetes (BELIK, Walker 2020, p.16).

No período de quarentena, o estudo realizado com dez mil participantes da coorte NutriNet Brasil identificou aumento do consumo de frutas, hortaliças e feijão entre a população em geral. Mas continuou aumentando o consumo de ultraprocessados entre os menos escolarizados e nas regiões norte e nordeste do país. Ou seja, mesmo no período crítico no qual fica muito clara a importância de se alimentar de maneira saudável, constatamos o contínuo aumento de alimentos processados e ultraprocessados na alimentação dos trabalhadores (as) mais vulneráveis. Segundo o professor Carlos Monteiro, do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP e coordenador da pesquisa NutriNet Brasil, uma das explicações para a aparente desigualdade social observada na resposta à pandemia poderia ser a maior vulnerabilidade das pessoas mais pobres à publicidade de alimentos ultraprocessados, que foi bastante intensificada durante a pandemia, incluindo doações de alimentos dessa origem.

Além da publicidade e acesso mais fácil aos alimentos processados e ultraprocessados, os trabalhadores (as) que moram nas periferias da grande cidade estão cada vez com mais dificuldade de acessar alimentos frescos e saudáveis conforme o Guia alimentar da população brasileira.

Aqui é importante frisar novamente que toda dificuldade que as periferias das grandes cidades estão sofrendo são resultados de políticas e reformas neoliberais anteriores à pandemia no qual o covid fez evidenciar, como a reforma da previdência e trabalhista, os trabalhadores se defrontam com uma realidade muito dura, sem acesso a emprego, moradia, a serviço público básicos. Além dessa realidade a própria organização espacial no território da periferia dificulta o acesso a alimento in natura, os chamados “desertos alimentares”, essa é uma questão que está sendo cada vez mais documentada no país, sua ocorrência está associada à desigualdade social, nos territórios de nível socioeconômico baixo cada vez mais distantes locais com vendas de alimentos in natura, chamado de deserto alimentar, alterando significativamente os padrões alimentares dos moradores.

A pandemia evidencia ainda mais a insegurança alimentar do grande contingente populacional no Brasil, especialmente grupos mais vulneráveis como moradores de ruas, favelas e áreas periféricas em grandes cidades. As mortes pela COVID 19 estão ligadas principalmente aos grupos de risco, especialmente idosos e pessoas com comorbidades tais como hipertensão, diabetes e obesidade, doenças que estão relacionadas ao regime alimentar. No estado de São Paulo, até o dia 17 de fevereiro de 2021 foram registrados 1.927.410 casos da 9.921.9815.411.550 casos, com 240.940 mortes.

Numa reportagem da folha de São Paulo⁴ de 16/01/2021 mostra o ranking de mortes de covid 19 de 05 de novembro a 30 de dezembro por bairros de São paulo (por 100 mil habitantes), os bairros com maiores mortes são 1º Sapoemba, 2º São lucas, 3º Brasilândia, 4º Freguesia do ó e 5º Itaquera, ou seja, as doenças que vieram pelos bairros dos burgueses encontrou um ambiente adequada nas periferias das cidades.

São nessas circunstâncias que aparecem alternativas criadas pela classe oprimida organizada, nesse caso são os movimentos socioterritoriais do campo e da cidade estão criando alternativas e assegurando alimentos de alta qualidade em algumas comunidades de baixa renda no Brasil, além de assegurar que estão construindo modelos não hegemônicos de produção e consumo. Os movimentos socioterritoriais formam redes alternativas de produção e consumo, muitas delas com independência do estado e organizações capitalistas, sendo que a produção tem como sua matriz produtiva a agroecologia e na circulação, consumo e organização da produção, aplicam os conceitos da economia solidária. Esses movimentos estão totalmente ligados ao território e transformando cotidianamente os espaços, existem movimentos socioespaciais e

⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/01/zona-leste-tem-cinturao-de-bairros-que-concentram-mortes-por-covid-19.shtml>

movimentos socioterritoriais no campo e na cidade, esses espaços são materializações, se concretizam na realidade, sendo possível seu mapeamento de diferentes modos, contribuindo com leituras geográficas do território. Neste sentido, todos os movimentos são socioespaciais, inclusive os socioterritoriais, pois o território é construído a partir do espaço. Ambas as organizações se organizam em uma rede de abastecimento agroecológico popular espacial, fluxos de mercadoria, atuando como movimento socioespacial e socioterritorial (Fernandes, 2005, p. 30).

Inicialmente poderiam ser caracterizados por movimentos isolados, atuando em espaço geográfico restritos, atualmente estão em rede realizando e debatendo o abastecimento popular e também formando redes e estratégias de atuação. Ampliando suas influências escala no espaço e territórios no campo e na cidade, sendo elas políticas, econômicas, ambientais, sociais, culturais e de classe.

O uso da nomenclatura “território” se intensificou nas produções teóricas e acadêmicas, sendo uma base de disputas para as classes sociais, explicitando suas disputas e conflitos concretos, suas intencionalidades, suas ideologias. A geografia é essencial para compreender o território.

O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar (Fernandes, 2005).

Redes agroecológica de produção e consumo de movimentos socioterritoriais fortalecem o modo de vida camponês, por meio da economia solidária decidem coletivamente preço e logística garantindo uma renda da terra mais justa ao camponês. garantindo também alimentação de qualidade nas periferias das grandes metrópoles.

A produção de matriz agroecológica é defendida atualmente pela maioria das organizações camponesas da América Latina. Muitas organizações camponesas compõem a Via Campesina, sendo ela uma articulação mundial de movimentos camponeses e agregou movimentos socioterritoriais de diferentes origens, com bandeiras de luta comuns, defendem a luta pela reforma agrária, sustentada por uma mudança do modelo de produção econômico, social e político; a soberania alimentar, pautada na produção agroecológica e agricultura camponesa sustentável, respeitando a biodiversidade.

A produção camponesa agroecológica, está centrada no manejo adequado e de defesa do solo, das águas e das plantas e em princípios vinculados à reprodução e à autonomia camponesa. (ALVES; SAQUET, 2014), uma autonomia perante o agronegócio, pois a produção agroecológica tem potencial de criar tecnologias e insumos próprios e alternativos perante os insumos das grandes

empresas do agronegócio, defendem as sementes crioulas, necessitam de águas limpas e públicas, solos férteis.

Esse processo de resistência pela agroecologia não se limita às técnicas de produção no campo. A agroecologia está sendo realizada na cidade, seja no consumo, ou em formas de produção alternativa, sustentável e anticapitalista. Campo e cidade estão se relacionando econômica e politicamente, seja na comercialização direta, nas feiras, congressos, formações, estão pipocando em todos os cantos do Brasil e na América Latina o movimento agroecológico.

Como resposta à crise sanitária e alimentar provocada pelo agronegócio e intensificada pelo covid-19, os movimentos socioterritoriais do campo buscam alternativas e promovem ações de solidariedade com a distribuição de alimentos e fortalecimento da produção agrícola, ao mesmo tempo em que reivindicam ao Estado a formulação e fortalecimento de políticas públicas que assegurem a soberania alimentar. Uma delas é a retomada das compras antecipadas por meio de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Promovem campanhas de doação de alimentos em todo o país, reforçando o movimento da Reforma Agrária Popular.

Uma das ações dos movimentos sociais do campo foi ampliar a distribuição de alimentos saudáveis, provenientes de assentamentos da reforma agrária e pequenas propriedades em áreas urbanas de grande vulnerabilidade social. Os movimentos vinculados à Via Campesina realizam regularmente ações de doação de alimentos em diferentes cidades em todo o país. A partir de junho de 2020, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizou a campanha emergencial da Reforma Agrária Popular no Brasil e o MPA realizou a campanha Mutirão contra a fome. Na cidade várias instituições, associações, coletivos e movimentos ligados à agroecologia estão realizando campanhas de doação em regiões com maior vulnerabilidade social.

Outra estratégia que articula o campo e a cidade é a relação direta entre produtores e consumidores, devido à restrição à mobilidade imposta pela pandemia e medidas protetivas de isolamento social e quarentena. A venda direta em Grupos de Consumo Responsáveis (GCR) e Comunidade Sustentando a Agricultura (CSA) possibilitam que a produção dos assentamentos e pequenas propriedades cheguem às cidades mais próximas. Em parcerias com sindicatos, universidades e comunidades, o que se percebe é a ampliação do número de pessoas participantes nos grupos, em meio à pandemia.

2. Venda direta e soberania alimentar em assentamentos da reforma agrária

Apresenta-se aqui as experiências de organização da produção de alimentos e venda direta em dois territórios específicos. O Assentamento Dandara, no município de Promissão-SP e o Assentamento Luiz Beltrame, no município de Gália-SP. Foram realizadas entrevistas com produtores em rodas de conversa e entrevistas semiestruturadas, entre junho de 2017 e fevereiro de 2020. As entrevistas foram realizadas como parte das ações do projeto de pesquisa “Tecnologias Sociais...”, financiado pelo CNPq/MCTI, edital nº 16/2016, sobre Segurança Alimentar e Nutricional nos países latinoamericanos.

Uma das estratégias de venda direta utilizada pelos produtores é a entrega de cestas de produtos para grupos específicos, denominada de Comunidade Sustentando a Agricultura (CSA). Esta forma de comercialização é realizada quinzenalmente, com pontos de entrega nas cidades de Marília e Bauru, por meio da cooperativa de produtores do Assentamento Luiz Beltrame, e na cidade de Lins-SP, por meio da COPROCAM, Cooperativa de produtores do Assentamento Dandara.

Com as cestas, o consumidor acaba tendo mais uma forma de acesso a um alimento saudável, com preço acessível, livre de agrotóxicos ou adubos químicos, com variedade de verduras, legumes, frutas, temperos e outros produtos. Os grupos de consumidores que participam das entregas de cestas são chamados de coprodutores, pois acompanham a produção e muitas vezes participam do processo de certificação dos produtos. A visita à área de produção agrícola e acompanhamento de atividades de produção de alimentos fazem parte do processo de certificação comunitária de produtos orgânicos.

Os alimentos produzidos e entregues pela COPROCAM e Assentamento Luiz Beltrame são produzidos no sistema agroflorestal (SAF), que segue os princípios de produção agroecológica. As cestas, com uma quantidade pré-estabelecida de itens (alimentos), são disponibilizadas a um preço fixo. Os itens que compõem a cesta variam conforme a época do ano. Tal estratégia possibilita o acesso regular a alimentos variados e saudáveis a preços mais justos. Há duas possibilidades de participação, como consumidor, das cestas para grupos específicos. Uma delas é a compra regular de cesta de produtos com itens predeterminados pelos produtores (cesta fechada) e a outra é a encomenda de itens. Na cesta por encomenda os consumidores indicam quais produtos, dentre os informados pelos produtores, serão adquiridos.

Um dos pilares para a construção da soberania alimentar, pontuados por Coca (2018), é que o alimento produzido deve ser destinado às pessoas que os produzem, por meio da construção de conhecimentos e habilidades locais, desenvolvendo o trabalho agrícola com respeito aos recursos naturais. Além disto, é fundamental a autonomia dos povos e territórios sobre os seus sistemas de produção. Nos assentamentos aqui analisados, a implementação dos sistemas

agroecológicos contribuiu para que o camponês/agricultor familiar consiga produzir a maior parte do que precisa para assegurar a sua alimentação, assegurando assim, a soberania alimentar da família ou cooperativa a que se vincula.

Com as cestas o consumidor acaba tendo mais uma forma de acesso a um alimento saudável, com preço acessível, livre de agrotóxicos ou adubos químicos, com variedade de verduras, legumes, frutas, temperos e outros produtos. Os grupos de consumidores que participam das entregas de cestas são chamados de coprodutores, pois acompanham a produção e muitas vezes participam do processo de certificação dos produtos.

A visita à área de produção agrícola, acompanhamento de atividades de produção de alimentos fazem parte do processo de certificação comunitária de produtos orgânicos.

O segundo mecanismo de certificação está relacionado a um processo coletivo de certificação de grupos de agricultores familiares, de projetos de assentamento, de quilombolas, de ribeirinhos, de indígenas e de extrativistas. A formação do Sistema Participativo de Garantia (SPG) ocorre a partir de um grupo de agricultores, fornecedores e consumidores, que é reconhecido como Membros do Sistema, e pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), que é uma organização com personalidade jurídica própria que corresponde às certificadoras do primeiro mecanismo. Esse mecanismo nasceu como uma forma alternativa ao sistema formal de certificação por auditoria externa. A Região Sul do Brasil, especialmente a Rede Ecovida de Agroecologia, desenvolveu a iniciativa denominada de “Certificação Participativa” (SERAFIM, JESUS, FARIA, 2013, p. 176-77).

Na lista da cesta fechada existem três tamanhos diferentes para serem escolhidos, conforme as diferentes necessidades dos consumidores finais e suas famílias.

A COPROCAM, do Assentamento Dandara e Reunidas realizam a entrega das cestas na cidade de Lins, no grupo de consumo é denominado de CSA Lins, e na Unesp de São José do Rio Preto. O Assentamento Luiz Beltrame realiza as entregas quinzenalmente na sede da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), nas cidades de Marília e Bauru.

A estratégia de venda direta por meio das cestas para grupos específicos é uma ação bastante discutida e difundida entre os movimentos sociais, em particular o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Um dos modelos observados pela COPROCAM para organização das ações da cooperativa é o Assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto. “É uma experiência que nós fomos conhecer, eles fizeram oficinas, nós participamos e trouxemos para nossos assentamentos, de Gália, Promissão, em Piratininga, em Altaí. Todos esses assentamentos estão fazendo experiências tanto com cestas, quanto com feiras”. (LOPES, 2018)

3. GRUPOS DE CONSUMO RESPONSÁVEL E PRODUÇÃO CAMPONESA: algumas experiências do estado de São Paulo

Nesta seção analisamos a rede estabelecida entre o Coletivo CRU – Diadema com o Coletivo Raiz Verde, o Assentamento Ipanema e a RAMA - Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras - Barra do Turvo, na organização de grupo de consumo coletivo e estabelecimento de parcerias entre os produtores e os consumidores, numa experiência de venda direta de alimentos.

O Coletivo de Consumo Rural Urbano- Associação Oeste de Diadema (CRU-Associação Oeste de Diadema) foi criado em 2014, no seio do movimento de moradia em Diadema- SP. A Associação Oeste de Diadema, além da luta por moradia que assentou mais de 8.000 famílias, têm realizado várias ações de interesse da classe proletária da cidade, uma delas é a experiência no intercâmbio produtor rural e os trabalhadores da cidade. No final da década de 80 do século XX, conheceram algumas cooperativas de produção de Rondônia e receberam várias carretas de mantimentos, entre eles, o feijão, café em grão e banana. Esbarraram esta empreitada na inexistência de um fundo que garantisse o pagamento à vista dos produtos enquanto se efetuava a distribuição para o consumo urbano. Em 2014 retomam este intercâmbio com a participação do CCRU (Coletivo de Consumo Rural Urbano) e os alimentos agroecológicos.

O CCRU atua diretamente com cerca de 100 famílias camponesas e aproximadamente 300 famílias na cidade. Atualmente, a dinâmica do coletivo está muito alterada devido a pandemia da COVID-19, com alteração da periodicidade das entregas, aumento de procura e relações com produtores. O coletivo cancelou a feira e está apenas com as entregas das cestas campanha solidária de doações de alimentos agroecológicos para famílias na periferia de Diadema, tais ações irão complexificar as informações e dados sobre o coletivo, no qual expressa a dinâmica da realidade existente.

Antes da pandemia a periodicidade da compra coletiva de alimentos do CCRU era semanal, eram adquiridos por volta de 2 toneladas de alimentos por semana, incluindo feira e entrega das cestas agroecológicas. Nesse momento de pandemia, com o fim da feira as compras de cestas aumentaram exponencialmente, passou de 80 cestas para 330 cestas de alimentos, porém a periodicidade de entrega está sendo realizada de forma quinzenal.

O CCRU tem a especificidade e complexidade de estar em território de comunidade popular e periférica, pois a maioria dos GCRs no Brasil estão em territórios nobres, universitários ou centrais, acarretando em complexidades diferentes, pois nesses territórios a questão dos valores, periodicidade e qualidade são imprescindíveis para a viabilidade do GCRs. Os valores dos alimentos pelos GCRs são equivalentes ou mais baratos que os alimentos convencionais do mercado, segundo

a pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Grupos de Consumo, Instituto Terra e Movimento de Integração Campo Cidade.

Os dados levantados permitiram chegar em conclusões interessantes e consistentes, desmistificando a idéia que produtos sem veneno são sempre mais caros que os produtos convencionais e que o sobrecusto é devido apenas a custos de produção mais altos. A análise dos dados agrupados em diagramas de caixa assim como a comparação das médias dos preços mostram que, no caso dos produtos sem veneno, os preços praticados nos GCRs são muito menores que nos supermercados, com produtos equivalentes, variando entre 16% no caso do ovo até 280% no caso da abobrinha italiana. Esta tendência dos GCRs a apresentarem preços baixos se confirma inclusive quando comparados a produtos convencionais no supermercado. Aproximadamente dois terços dos produtos levantados apresentam preços equivalentes ou menores no GCR em relação aos convencionais no supermercado. As diferenças variam entre 7% para a banana nanica e 88% no caso do brócolis ninja. Sendo assim, as iniciativas de venda direta e de Grupos de consumo responsável oferecem alternativas para tornar acessíveis alimentos de qualidade, sem danos à saúde. Os GCR, em particular, buscam atrelar às trocas comerciais atividades de educação alimentar, de luta contra o desperdício (pois muitos estão baseados em compras antecipadas) e de reflexão sobre o consumo e o consumismo. É importante, porém, realçar que os GCR, por serem iniciativas da sociedade civil, sem fins lucrativos, são uma forma bem particular de canal de comercialização pois as tarefas de distribuição dos alimentos e contabilidade são assumidas por agentes facilitadores (consumidores e/ou produtores mais envolvidos na gestão) que geralmente não remuneram seu trabalho (ou em proporções bem menores). Além disso, a proximidade entre os atores garante (ou obriga) a uma maior transparência e impede a apropriação abusiva do “lucro”. Por serem grupos informais que apenas facilitam a venda direta entre produtor e consumidor, as transações não estão submetidas aos impostos, ao contrário dos supermercados (Calabró, Guilherme. Retière, Morgane. Produtos sem veneno são sempre mais caros? Uma pesquisa da Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável. Piracicaba : Instituto Terra Mater, 2015).

Normalmente os Grupos de Consumo Responsáveis (GCR) são criados por poucas pessoas, que formam o grupo gestor dos grupos de consumo, podemos chamar de núcleo duro que compartilham determinadas vontades e princípios. A maioria dos GCRs focam sua atuação na questão do consumo de alimentos agroecológicos, embora muitos também contemplem alguns outros produtos artesanais alinhados com esses valores (cosméticos naturais, por exemplo). Para iniciar um grupo de consumo responsável não necessariamente precisa de custo financeiro.

Os coletivos de consumo responsável são uma alternativa para construir estratégias de compra e venda baseadas em relações de ética e transparência entre produtores, vendedores e consumidores são os

Grupos de Consumo Responsáveis, grupos de pessoas que decidem organizar-se para comprar determinados produtos, de uma forma diferente da que ocorre no mercado convencional. Essas pessoas querem ter acesso a produtos que tenham qualidade nutricional e que sejam fruto de um sistema produtivo e comercial que respeite as pessoas e o meio ambiente. Dessa forma, o objetivo desses grupos vai além do ato de consumo, buscando promover a troca de saberes entre os participantes, a reflexão e a transformação de hábitos e costumes, tornando possível para o consumidor assumir ativamente sua responsabilidade na dinâmica das relações sociais que acontecem desde a produção até o consumo dos alimentos e produtos em geral. (INSTITUTO KAIRÓS, 2011, p. 11).

Existem grupos de consumo pelo Brasil todo, atualmente o mapeamento é realizado pela Rede Nacional de GCRs, gerida pelo Instituto Kairós, no qual atua principalmente para troca de experiências. O CCRU-Associação Oeste de Diadema faz parte dessa rede, a qual estão mapeados 31 GCRs no Brasil⁵

A relação com os produtores é criada pela proximidade territorial e princípios, criando uma aliança entre os grupos de consumo da cidade e grupos de produtores agroecológicos em territórios camponeses. Os principais produtores do CCRU são o coletivo Raiz Verde do Assentamento Ipanemas e o coletivo Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras - RAMA.

O coletivo Raiz Verde atualmente composto por 20 assentados , está dentro do Assentamento Ipanema, município de Iperó - SP, O Assentamento foi conquistado em dezembro de 1995 pelo MST, sendo dividido em 151 lotes que têm tamanhos que variam de 8 a 20 hectares, dependendo do tipo de solo e da quantidade de Áreas de Preservação Permanente que existe em cada um deles. O território está dentro de uma área de 6.780 hectares. Destes, 5.179,93 hectares fazem parte da Floresta Nacional de Ipanema. Do restante, o Projeto Aramar 1 , do Ministério da Marinha, ocupa 879 hectares e o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária possuía 721,07 hectares, referentes a um campo de aviação e suas imediações. O Projeto de Assentamento Ipanema foi constituído com uma área total de 1.712 hectares, dos quais 1.210 hectares estão dentro da Floresta Nacional de Ipanema, cedida pelo IBAMA e gerida pelo ICMBio. O restante (502 ha) foi cedido pelo Ministério da Agricultura e Reforma Agrária ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O Ministério da Agricultura continua com 219,07 ha, referente ao campo de aviação, que não está em funcionamento.

A relação entre o coletivo CCRU de Diadema e o Coletivo Raiz Verde começou em 2018 - nessa época o coletivo Raiz Verde chamava Hiperorgânico - o coletivo CRU quinzenalmente buscava algumas caixas de alimentos no Assentamento Ipanema em Iperó, principalmente legumes

⁵ Disponível em <http://goo.gl/x7S3of>

e frutas, pois eram alimentos que o GCR não conseguia com os produtores mais antigos, a organização de logística entre os produtores do Raiz Verde foi visível. A partir de Julho de 2019, ambos coletivos decidiram estreitar as relações e se reuniram com objetivo de distribuir cestas fechadas de alimentos agroecológico, coletivamente organizaram as cestas, a logística, os valores, incubaram mais grupos de consumo responsável no ABC Paulista e SP e assim iniciaram o abastecimento de cestas de forma quinzenal. Quando chegou a pandemia essa rede estava estruturada, os produtores realizaram um bom planejamento de produção, o CCRU estava bem organizado com logística própria, e assim conseguiriam mais que duplicar o abastecimento de alimentos agroecológico em Diadema, grande ABC paulista e algumas regiões de São Paulo no período de quarentena.

Apenas o CCRU e Raiz verde oferecem quinzenalmente quatro tipos de cestas: grande, média, pequena e de frutas. A cesta tem como conteúdo principalmente legumes, folhas, temperos e frutas, exceto a cesta de frutas, pois como o nome diz é formado apenas de frutas. A cesta grande contém cerca de 8 itens no valor de R\$ 39,00, a cesta pequena tem por volta de 7 itens no valor de R\$ 29,00, a cesta pequena é formada por 5 itens no valor de R\$ 22,00, a cesta de frutas são formadas por 5 itens no valor de R\$ 39,00. Essa rede, no período de pandemia gira em torno de R\$ 7.000,00 reais mensalmente. Desse valor 77% fica com os produtores, 18% CCRU e 5% vai para o fundo de gestão coletiva. Os valores, forma de logística, gasto do fundo são decididos em plenária no qual é chamada de plenária campo-cidade, os produtores e consumidores têm voz e se necessário voto dentro da plenária.

Dessa forma, o objetivo dessa rede de grupos vai além do ato de consumo, essa relação de produção e consumo se transforma em ato político, pois além das compras coletivas realizam processos de organização e formação coletiva, achando alternativas de atuações de classe independente de Estados e organizações capitalistas, realizando um processo de desalienação parcial da mercadoria, refletem sobre o sistema de produção vigente, tornando possível por exemplo os participantes da compra coletiva na cidade conhecerem e apreenderem a dinâmica e dificuldades da produção agroecológica camponesa, tornando os alimentos uma ferramenta de saúde, renda justa da terra aos camponeses e de luta! São fatores importantes de salientar, pois como vimos o Agronegócio torna o alimento mercadoria e degrada as relações sociais por onde passa.

O CCRU também faz parte da rede de Grupos de Consumo Responsável (GCRs) da região metropolitana de São Paulo com as agricultoras da RAMA - Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras da Barra do Turvo - Vale do Ribeira, desde o final do ano de 2016. As agricultoras são diversas: agricultoras familiares e quilombolas. Segundo Marques, et. al. (2017, p. 12) “ [...] os grupos também são diversos: grupos inseridos em comunidades universitárias, em

centros de saúde mental, na periferia das cidades, além de um empreendimento privado”.

As compras diretas de alimentos agroecológicos das agricultoras e quilombolas da Barra do Turvo tem por objetivo fortalecer um mecanismo de venda/compra direta dos alimentos produzidos pelas agricultoras familiares e quilombolas. Alimentos variados e nutritivos da mata atlântica, desde os mais conhecidos (como: a banana, a farinha de mandioca e de milho, o arroz, o feijão, o palmito pupunha, açafrão, Cana-de-açúcar crioula, compotas e extrato de tomate) até os menos conhecido (como: o cuscuz quilombola, a polpa de cajamirim, a folha de taiá e a flor do Amazonas), além das ervas medicinais, pomadas, tintura e xarope. Desta forma, busca-se possibilitar a aproximação e o fortalecimento da relação entre as agricultoras e consumidores (as), com a valorização de alimentos da agricultura familiar a preço justo e acessível, o respeito e a valorização das comunidades, conhecimentos e culturas tradicionais, bem como do meio ambiente e da saúde do ser humano. Os princípios reitores da rede são: agroecologia, feminismo, economia solidária e soberania alimentar.

A comercialização pretende se adequar à produção diversa das mulheres e busca enfrentar alguns desafios em conjunto, como a apropriação coletiva de todo o processo da compra/venda. Entre todas e todos discutir a produção, organizar a lista de alimentos disponíveis, os pedidos e as entregas, bem como criar uma rede de mobilização para as questões nacionais, conflitos territoriais, políticas públicas etc. E com o objetivo de fortalecer a confiança entre os coletivos de consumo e as agricultoras, quanto ao produto agroecológico (para não necessitar de uma certificação formal), e a construção de uma relação alternativa campo/cidade a rede organiza visitas/intercâmbios/vivências/caravanas campo-cidade, no processo de organização do grupo, mutirões e nas rodas de conversa com trocas de experiências e intervenções culturais (danças e poemas). As mulheres da rede também foram juntas à Marcha das Margaridas em Brasília, dentre outras atividades.

Segundo a agricultora Izaldite (2020) “ [...] tudo o que aconteceu nas nossas vidas, todo esse despertar é muito importante, eu sei que não só na minha vida, mas na de muitas mulheres e famílias que hoje, além de mandar para São Paulo, também aprendemos a comer melhor o que a gente tinha no quintal e não dava valor. E hoje nós damos”, “ [...] Há quatro anos, quem imaginava que hoje a gente poderia estar mandando quatro toneladas de alimento para São Paulo? Imagina? Nós começamos de mansinho, devagarinho, e agora está essa enorme evolução das coisas, de mulheres, de venda, de conhecimento, de amizade”.⁶

⁶ Disponível em: <https://www.sof.org.br/feminismo-agroecologia-uniao-campo-cidade-4-anos-rama-e-rede-grupos-de-consumo-responsavel/>

É importante mencionar que nesta rede possibilitou-se mais debate sobre o feminismo e agroecologia porque as mesmas agricultoras quilombolas estão passando por acompanhamento técnico da ONG Sempre Viva Organização Feminista (SOF),⁷ que tem como objetivo difundir o feminismo em diversos setores da sociedade, sensibilizando tanto homens quanto mulheres a lutar pela igualdade entre ambos.

Durante o período de pandemia observou-se que o número de grupos da rede de São Paulo aumentou e consequentemente a quantidade de pedidos da compra coletiva, novos grupos de agricultoras entraram na RAMA também, apresentando grande importância da articulação em rede entre o campo e a cidade na pandemia para o acesso à alimentação adequada e saudável, para a autonomia das agricultoras e para a valorização da agroecologia.

No final do ano de 2019 a rede contava com 8 grupos que participavam da compra direta de alimentos agroecológicos das agricultoras e quilombolas da Barra do Turvo, contava também com 8 grupos de agricultoras e quilombolas, as compras ocorriam mensalmente com uma quantidade média de pedido de 1,500.8 (unidade ou kg) de alimentos, no valor médio total de R\$ 7.762,25, para cada pedido coletivo realizado. No final do ano de 2020, durante a pandemia, a rede contava com 13 grupos que participavam da compra direta de alimentos agroecológicos das agricultoras e quilombolas da Barra do Turvo, contava também com 10 grupos de agricultoras e quilombolas, as compras ocorriam mensalmente com uma quantidade média de pedido de 2.619,00 (unidade ou kg) de alimentos, no valor total de R\$ 13.559,00, para cada pedido coletivo realizado.

Além do aumento da renda é importante destacar o aumento da diversidade dos produtos cultivados e consumidos. Na primeira conversa elas diziam que tinham quatro ou cinco produtos. Visitando junto com elas seu quintal, outras possibilidades foram identificadas, e a vontade de experimentar outros sabores manifestada (...) A lista de produtos atualmente comercializados pelas mulheres abrange 70 itens. Elas veem a valorização dos produtos que antes eram desconsiderados, como o açafrão, como uma valorização do seu trabalho e por fim delas mesmas. (MARQUES, *et. al.* 2017, p. 11)

Durante a pandemia grande parcela de alimentos da compra coletiva da rede de SP foram direcionadas para campanhas de solidariedade para as famílias sem ou de baixa renda e acesso à alimentação adequada e saudável durante a pandemia. O CCRU realizou uma campanha de cestas solidárias agroecológicas para 40 famílias da periferia da cidade de Diadema, foram realizadas 8 entregas, no total de 297 cestas, com retorno de renda de R\$ 9.223,66 aos camponeses (as)

⁷ Para conhecer melhor esta experiência, consulte: <<https://www.sof.org.br/>>

parceiros(as) do coletivo, inclusive da RAMA.

São cinco anos de auto-organização em rede na luta pelo território, pela agroecologia, pelo feminismo, pelo antirracismo e pela soberania alimentar.

Considerações finais

Consideramos os modelos de produção agroecológica identificados, os assentamentos pesquisados, como inovações tecnológicas que viabilizam a produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos e envolvem decisões tomadas conjuntamente em cooperativas de produtores, grupos de consumidores e outros grupos sociais organizados coletivamente. Constituem-se, assim, como uma rede sociotécnica que merece ser valorizada pelo seu potencial social, econômico e de desenvolvimento territorial.

Identificamos os mecanismos de venda direta, seja pela formação de CSA ou GCR, elementos constituintes de redes sociotécnicas, pois articulam diferentes territórios no campo e nas cidades. Participam das redes os produtores, organizados em cooperativas nos assentamentos da reforma agrária e comunidades tradicionais, os consumidores das áreas urbanas, organizados coletivamente em grupos de compra coletiva. Podemos inserir outros “nós” nessas redes, tais como as feiras populares, escolas beneficiárias do PNAE.

A organização por meio da economia solidária pressupõe a participação coletiva na tomada de decisões, desde a organização e modelos de produção até a comercialização dos alimentos. A soberania alimentar é viabilizada por meio do fortalecimento dos mercados e economias internas, da relação entre a agricultura camponesa e o consumidor. O fortalecimento dos mercados internos contribui para a garantia da soberania alimentar nas cidades, com a garantia de acesso aos alimentos de qualidade, frutos da produção agroecológica. Nessa questão, o enfrentamento do modelo do agronegócio, da concentração fundiária e da concentração dos meios de produção, como a terra, a água, sementes são condições para o fortalecimento dos mercados internos e a soberania alimentar.

Dessa forma, identificamos que esses processos e experiências contribuem para o desenvolvimento dos territórios camponeses e urbanos, assegurando a soberania alimentar nesses territórios. Compreendemos que as ações conduzidas pelos movimentos sociais do campo implicam diretamente na construção de novas práticas e relações sociais, tanto no campo quanto na cidade, com potencial fortalecedor do campesinato e da soberania alimentar.

Referências

- ALVES, Adilson; Francelino. SAQUET. “Marcos.Experiências de desenvolvimento territorial em confronto”. **Campo-Território**, v. 9, n. 17, p. 574-598, abr., 2014.
- BARROS, Ilena Felipe. “O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo”. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 131, p. 175-195, jan./abr. 2018
- BELIK, Walker. **Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições**. Ibirapitanga,2020. <https://www.ibirapitanga.org.br/acervo/documentos/>
- COCA, Estevan Leopoldo. “A soberania alimentar e a releitura do conceito de região pela geografia”. **Caminhos de Geografia**, v. 19, n. 68, 2018 p. 372–388.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. “Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais”. **Revista NERA**, Presidente Prudente, 2005;– ano 8, n. 6 – Janeiro/Junho de 2005
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agronegócio**. In: SADER, E; JINKINGS, I. (Orgs.). *Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2006a
- FERNANDES, Bernardo Mançano. “Regimes alimentares, impérios alimentares, soberanias alimentares e movimentos alimentares”. **Relaer – Revista Latinoamerica de estudios rurales**, n. 4 (7), 2019, p.188-209.
- INSTITUTO KAIROS - Disponível em www.institutokairos.net: Acesso em 17 Feb. 2021.
- MARQUES, Glauca dos Santos; IYUSUKA, Sheyla Saori; FRANCO, Vivian Ferreira; NOBRE, Miriam. “Feminismo e agroecologia: aproximando campo e cidades”. **Cadernos de Agroecologia**. Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, Nº 1, Jul. 2018. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/545>. Acesso em: 17 Feb. 2021.
- Marx, K. **O capital**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1975.
- RIBEIRO JUNIOR, J. R. S. *Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo*. (Tese) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor. São Paulo: FFLCH/USP, 2015.
- SCHNEIDER, Sergio et al . “Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação”. **Estudos avançados**., São Paulo , v. 34, n. 100, p. 167-188, Dec. 2020 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000300167&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 Feb. 2021.

SERAFIM; JESUS; FARIA. Tecnologia social, agroecologia e agricultura familiar: análises sobre um processo sociotécnico. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, Unicamp, 20(Supl) p. 169-181, 2013.